

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte;  
permitida a citação. A citação deve ser fiel à  
gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

ABRAMOVAY, Pedro Vieira. Pedro Abramovay II  
(depoimento, 2010). Rio de Janeiro,  
CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (0h  
55min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do  
convênio entre ESCOLA DE DIREITO RIO DA  
FGV e ESCOLA DE DIREITO RIO DA FGV. É  
obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Pedro Abramovay II  
(depoimento, 2010)**

Rio de Janeiro  
2020

### *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** Temática

**Entrevistador(es):** Christiane Jalles de Paula; Tânia Abrão Rangel;

**Técnico de gravação:** Bernardo de Paola Bortolotti Faria;

**Local:** Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

**Data:** 26/08/2010

**Duração:** 0h 55min

Arquivo digital - áudio: 1; MiniDV: 1;

Entrevista realizada no contexto do projeto “História Oral do CNJ”, desenvolvido pelo CPDOC a partir de convênio e financiamento com a Escola de Direito da FGV, entre abril de 2009 e abril de 2011. O projeto visa, a princípio, apenas a criação de um banco de fontes orais.

**Temas:** Atividade profissional; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Direito; Direito constitucional; Márcio Thomas Bastos; Ministério da Justiça; Movimento estudantil; Nelson Jobim; Partido dos Trabalhadores - PT; Poder judiciário; Política; Reforma judiciária; Universidade de Brasília; Universidade de São Paulo;

### *Sumário*

Entrevista: 26/08/2010 Experiências profissionais; formação profissional; a formação em Direito na Universidade de São Paulo (USP); o mestrado em direito constitucional na Universidade de Brasília (UNB); a atuação no Movimento Estudantil; o trabalho como assessor do senador Aloizio Mercadante; o trabalho com orientação de votos na Comissão de Constituição e Justiça; a atuação na Emenda 45; a atuação como assessor no setor judiciário; a batalha pela Reforma do Judiciário; as mudanças a partir da Reforma; as negociações dentro do judiciário; a criação do controle externo; Nelson Jobim como aliado; a atuação do senador Aloizio Mercadante; a ideia da criação da Secretária de Reforma; a filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT); a atuação política; a discussão sobre a reforma do Judiciário liderada por Marcio Thomaz Bastos e José Eduardo Cardoso; a ideia da corrupção no Judiciário; a preocupação do controle externo afetar a independência do Judiciário; o trabalho de assessoria no Ministério; os interesses do Ministério no Conselho Nacional de Justiça (CNJ); a inclusão do CNJ como parte do Poder Judiciário; a composição do CNJ; a ideia de controle e quebra na independência; a indicação dos nomes do CNJ; a escolha por Joaquim Barbosa; a atuação do juiz Flávio Dino; a atuação do Ministério da Justiça; a atuação como assessor de assuntos legislativos do Ministério; a atuação na Secretaria Nacional de Justiça; a questão da transparência no Judiciário; as políticas públicas vindas com o CNJ; a pauta entre o Ministério da Justiça e o CNJ; conclusões e agradecimentos.

*Entrevista: 26/08/2010*

T.R.: Projeto História Oral do CNJ, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2010. A gente vai entrevistar hoje o doutor Pedro Vieira Abramovay. Estão presentes Christiane Jalles pelo CPDOC e Tânia Rangel pela Direito Rio.

T.R. – Boa tarde. No começo, a gente gosta que o entrevistado faça uma pequena apresentação: explique nome, data de nascimento, filiação e um breve currículo.

P.A. – Bom. Então é Pedro Vieira Abramovay. Nasci dia 18 de abril de 1980. Sou filho de Ivone Vieira e Ricardo Abramovay. Sou... Bom. Breve currículo. Fiz direito na USP, mestrado na UNB em direito constitucional. Trabalhei na Prefeitura de São Paulo, no gabinete da prefeita, depois fui assessor jurídico da liderança do governo no Senado, depois, assessor especial do ministro da Justiça, depois, secretário de Assuntos Legislativos lá no Ministério da Justiça. E agora sou secretário Nacional de Justiça lá no Ministério da Justiça.

C.J. – Pedro, você formou-se quando? Em que ano?

P.A. – Eu me formei em 2002.

T.R. – E como é que surge o seu envolvimento com o tema da reforma do Judiciário? Na faculdade, você chegou a fazer parte de algum movimento estudantil, alguma coisa assim? Já se discutia isso já na época?

P.A. – Sim. Eu fui presidente do Centro Acadêmico 11 de Agosto em 2001 e... Mas esse era um tema forte na época, da pauta política da época, e portanto já... já há ato pelo controle externo do Judiciário, que acho que era o grande tema. Tinha alguns temas outros que apareciam, mas acho que era o tema forte, assim. Mas... Então, durante a faculdade, de uma maneira assim. E logo, quando eu cheguei em Brasília, já a reforma do Judiciário era um tema fortíssimo, e já me envolvi com isso diretamente. Porque meu papel na liderança do governo no Senado era - a reforma estava no Senado-, meu papel era fazer a orientação de voto dos senadores nas áreas ligadas à Justiça. Enfim. Então, esse foi um tema que logo caiu, e eu me envolvi muito rápido.

C.J. – Você vai ser assessor do senador Aloizio Mercadante.

P.A. – Exatamente. Eu vou para Brasília para ser assessor. E ele era o líder do governo. Então minha função não era só assessorá-lo, mas era assessorar toda a bancada do governo, portanto gerar... A gente fazia orientação de voto. Então, como... Aí você tinha que colocar não só como tinha que votar, mas... quer dizer, como sugestão, uma orientação de voto – mas os argumentos para ser...

C.J. – Justificando o porquê.

P.A. – Para o senador poder defender e fazer o debate.

T.R. – Isso era feito só por documento? Ou tinha também um trabalho, antes até de fazer o documento, de fazer um mapeamento, para ver quem era mais a favor, quem era mais contra, tentar descobrir esses argumentos contrários e já tentar combatê-los nesse documento?

P.A. – Tinha um pouco. Tem algumas coisas. O primeiro era a relação com o governo. Porque lá era a liderança do governo. Então, o que a gente defendia eram as posições do governo. Então tinha primeiro a relação com o Ministério da Justiça, que era de saber quais os argumentos, qual a posição. Depois, claro, tinha as conversas com a oposição e com o próprio governo, e um pouco de bastidores, para saber o que ia acontecer, e aí a gente produzia esse material. Mas mesmo durante o processo de discussão, acompanhava as negociações, conversava com senadores durante a votação, às vezes, para fazer acordos ou para explicar por que o governo estava defendendo tal ponto. Isso era muito dinâmico.

T.R. – No Ministério da Justiça, você fazia essa interlocução mais com quem?

P.A. – Com o Sérgio Renault. Com Sérgio Renault. E com o Pier também, que era o adjunto; e depois foi ser secretário. Pierpaolo Bottini.

T.R. – Mas o Pier, ele surgiu na Secretaria já depois da emenda aprovada, não é? Que é quando sai o Sérgio.

P.A. – Não. Não. Ele era o adjunto do Sérgio.

T.R. – Sim. Mas assumindo como secretário mesmo.

P.A. – Como secretário, sim. Mas o que eu quero dizer, ele como adjunto, ele já era um interlocutor muito presente.

T.R. – E na época, a Emenda 45, quando você chega, o relator dela era o Bernardo Cabral ou já era o José Jorge?

P.A. – Não. Já era o José Jorge.

T.R. – E como foi isso? Porque, a princípio, José Jorge... contrário, do partido da oposição.

P.A. – Então. Eu...Foi engraçado, assim. Acho que pode dizer até que eu fiquei amigo do José Jorge, de... Sempre me convidava para ir... nunca pude ir, mas... para a casa dele lá em Porto de Galinhas e tal. Porque era um processo, quase íntimo, de discussão, todo dia, reuniões, reuniões e... E acho que era um tema que passava um pouco acima do embate governo e oposição.

C.J. – Eu queria perguntar isso. Você chega lá como assessor do senador Mercadante. E aí você tem vários temas a serem tratados, né? O Ministério da Justiça, ele dá alguma diretriz. Que diretriz é essa? Qual foi a primeira coisa que vocês começam a trabalhar? Você como um dos assessores, eu sei que vai ter outros. Na parte da Justiça, você era sozinho ou tinha mais alguém?

P.A. – Então. Era... Tinha... É curioso, assim, porque tinha o...

C.J. – E qual era a primeira temática?

P.A. – Eu cuidava de fazer a orientação de voto da Comissão de Constituição e Justiça; então, todos os projetos da Comissão, eu que ficava, de noite, fechando. Pegava o projeto... E eram, sei lá, cinquenta projetos. Você tinha que escrever qual a orientação, você tinha que checar... E aí não era só do direito, porque vários projetos... da posição do Ministério da Agricultura, da posição...

C.J. – É, qualquer coisa.

P.A. – Em tese, a Casa Civil (na época, ainda, a Casa Civil fazia relação com o Congresso também) deveria dar uma orientação de voto para cada um dos temas; só que não dava; não

tinha, não tinha perna para isso. E mesmo, a Casa Civil, na época, acompanhava muito mais a Câmara do que o Senado. Acho que um pouco...

C.J. – É. Porque era o Dirceu.

P.A. – É. E acho que o Mercadante tinha uma coisa muito forte assim, então... era um pouco o lugar dele, assim.

C.J. – Divisão de trabalho.

P.A. – É. Então não tinha... Agora na reforma do Judiciário tinha um outro assessor, que não era da liderança do governo, era da liderança do PT, que era o Thales, que era mais velho, estava lá... Porque eu também... Eu, hoje, pensando, acho que foi uma irresponsabilidade do Mercadante, (ri) porque eu era, praticamente, sozinho nessa área, em tudo que envolvia direito e CCJ, e tinha... o quê? – vinte e dois, vinte e três anos quando cheguei lá, entendeu? E tinha o Thales, que era mais velho, estava lá faz tempo, já trabalhava na liderança do PT desde quando o PT estava na oposição, já... enfim, algumas legislaturas. E, então, ele ajudava muito. Ele tinha... Ele conhecia o debate. Ele ajudava bastante. Então eu fazia... Eu que era, digamos assim, o responsável por fazer as orientações, pelas conversas; mas o Thales ajudava bastante isso. E o governo, com relação à reforma, era um...

C.J. – Quando surge? Quando vocês têm uma orientação: agora, a gente vai começar a batalhar pela reforma?

P.A. – Ah! Desde logo. A primeira entrevista do ministro Marcio Thomaz Bastos, ele já fala disso. Isso é um tema dele. É um tema... Eu, depois, fui trabalhar com ele, eu senti muito que... Ele brigou pelo controle externo na Constituinte, então... E perdeu naquele momento. Então, o que eu sentia era que ele queria terminar um trabalho -, como se fosse uma conclusão da Constituinte -, que tinha ficado pela metade naquele momento. E agora ele tinha oportunidade de terminar isso. Então, desde o começo. Aí tem aquele momento célebre, em que o Lula fala “tem que mexer na caixa preta do Judiciário”, e aquilo dá uma... Mas logo se cria a Secretaria de Reforma, que também é um sinal muito claro de que...

T.R. – Ia mexer nisso.

P.A. – Ia mexer nisso. Quer dizer, era um tema prioritário. E aí, quando cria...

T.R. – Você chegou a participar das reuniões para escolher o nome para a Secretaria?

P.A. – Não, não. Porque ainda estava no Senado. Aí era o Ministério. E aí logo o governo manda cinco pontos, que são os pontos prioritários da reforma. Não vou lembrar todos agora. Mas era: controle externo – a criação do CNJ, era autonomia da Defensoria, era... Puxa vida...

T.R. – Súmula vinculante?

P.A. – Não, não. Isso o governo era contra.

T.R. – Ah. Era contra, é verdade.

P.A. – É... Puxa. Isso eu vou... Depois eu vou...

T.R. – Federalização dos direitos humanos.

P.A. – Federalização dos Direitos Humanos... Não sei se era alguma coisa de nepotismo... Tinha alguma coisa meio... que era moralizadora assim. Ah! Distribuição direta... Será que era isso? Não vou lembrar. Poxa. Essa, eu precisava ter pesquisa. Mas eu mando para vocês. Mas eram cinco, eu lembro que eram cinco pontos principais de prioridades. Aí depois tinha a posição em cada uma delas. Mas o governo se comprometeu a aprovar aqueles cinco. E, se eu não me engano, aprovou os cinco. Acho que sim, acho que os cinco foram aprovados. E aí todo o resto era negociável. E era contra a súmula vinculante. E perdeu. Nisso, perdeu.

T.R. – E nesse caso... Ou seja, o governo manda isso lá para vocês. E qual é a medida que vocês tomam? Ou seja, num primeiro momento não tinha ainda totalmente certo que o Senado aprovaria daquele jeito, daquela maneira. O primeiro cenário identificado no Senado era como, em relação a essa questão do CNJ? Ou seja, a maioria era a favor de um controle... Porque a idéia inicial era controle externo né?

P.A. – É.

T.R. - A maneira como ficou foi uma maneira negociada.



P.A. – É, é. O nome assim. É. Mas ainda se falava em controle externo. Mesmo nos debates políticos e tal, era a criação do controle externo.

T.R. – É, exato. Do controle externo, é. Essa criação do controle externo, ela já encontrava uma maioria nos senadores? Tinha uma parte que nem sabia? Ou tinha uma resistência? Como era?

P.A. – Acho que tinha um aliado muito importante, que foi o Jobim, sem dúvida. Ele tinha uma influência sobre o Senado muito grande. Não só sobre a bancada do PMDB, mas também sobre a bancada do Democratas, na época o PFL. Então acho que... Tinha-se dúvida, não era uma certeza de que aquilo seria aprovado, com certeza, porque tinha uma resistência do Judiciário, muito forte, um pedaço do Judiciário. Mas o fato do Jobim estar publicamente... E ele articulava, se reunia, ia falar com os senadores e.... Enfim, vivia lá no Senado (ri). Chamava os senadores lá também.

T.R. – E isso, na época, o Jobim já era o presidente do Supremo.

P.A. – Ele era presidente do Supremo.

C.J. – O Mercadante foi importante?

P.A. – É. Foi depois da saída do Maurício Corrêa. Com Maurício Corrêa a relação era muito tensa. Era uma relação...

T.R. – É. Porque o Maurício Corrêa era contrário.

P.A. – Exatamente. E era uma relação muito tensa com ele, assim. A entrada do Jobim acho que deslançou isso.

T.R. – Ou seja, Maurício Corrêa, na verdade, ele não só resistia, né, à questão do CNJ, mas também à própria interação com o parlamento.

P.A. – Completamente. É, também.

T.R. – Era aquela visão do magistrado, que ele tem que ficar...

P.A. – A idéia da criação de Secretaria de Reforma, ele era completamente contra e tal.

C.J. – A atuação do Mercadante foi importante?

P.A. – Foi. Com certeza. Com certeza. Era... Ah, ele naquele momento, no Senado, ele tinha uma força muito grande, assim, como líder do governo, e ele pegou esse tema como um tema dele, para entrar... E aí acho que, para mim, foi muito interessante. Porque ele não é do mundo... tanto quanto o José Jorge, ele não é do mundo jurídico, então ele... E por isso também que eu acho que foi irresponsável ele ter me chamado como assessor. Porque ele me ouvia muito, porque era um tema que ele não conhecia. Ele tinha uma intuição, ele tinha idéia de que ele ia seguir a posição do governo, mas os argumentos... Eu sofri bastante, porque o jeito dele testar era sempre assim: me xingava, fazia tudo assim e tal, para ver se eu... se o argumento sustentava. Aí, quando sustentava, ele ia lá e defendia.

C.J. – Você é filiado ao PT?

P.A. – Sou. Sou.

C.J. – Já era na época da faculdade?

P.A. – Não. Na época da faculdade, não.

C.J. – Não?

P.A. – Não. Eu sempre...

C.J. – Ou seja, você é chamado para a assessoria da prefeita Marta Suplicy e mesmo para a assessoria do senador Aloizio Mercadante sem estar...

P.A. – É. Minha participação no movimento estudantil sempre foi... inclusive o partido que eu... Na São Francisco tinham partidos, assim, que duravam... Esse nosso durou dez anos. Então, é uma coisa... As pessoas saem da faculdade, entram e... E chamava Partido Acadêmico Autônomo. Então nossa discussão era de movimento estudantil autônomo dos partidos, de não ter uma vinculação direta com partidos. Então, não faria nenhum sentido eu ser filiado naquele momento.

T.R – Mas quando você se forma...

P.A. - Mas eu sempre tive proximidade ideológica, e mesmo... conhecendo as pessoas e tal.

C.J. – Em que momento você se filia ao PT?

P.A. – Eu não sei direito. Porque foi... Eu assinei a ficha, aí não valeu... Foram várias vezes assim. Então eu nem...

T.R. – Eu acho que o Pier teve isso também. Ele assinou a ficha, não valeu. Ele jurava que era. Ele falou: “Descobri há pouco tempo que eu não sou”.

P.A. – É, exatamente. Então eu.. Eu não sei. Mas é isso. Desde logo, eu me envolvi muito facilmente com o partido, não só com a coisa do governo, mas com o partido também.

C.J. – Você acompanhava, ia às reuniões do partido, congresso, essa coisa toda?

P.A. – Congresso, sim. E reuniões do partido, sobretudo em época de campanha. Fora disso, mais raramente.

C.J. – Em época de campanha, em 2002, havia alguma discussão no partido sobre reforma do Judiciário?

P.A. – Havia. Havia. Havia a idéia.

T.R. – Quem liderava isso lá?

P.A. – Até na discussão... Acho que o Marcio Thomaz Bastos, acho que era uma figura importante nisso. Ele sempre foi muito próximo ao partido. Ele foi o ministro da Justiça do governo paralelo em 89, então... Quem mais? Ah. Muita gente. José Eduardo Cardoso sempre defendeu isso. Acho que todo mundo no partido que era ligado ao direito, esse era um primeiro tema, quando se falava Justiça, era controle externo do Judiciário. Sempre aparecia isso assim.

T.R. – E essa idéia surge, você acredita, baseada em quê? Qual que era... Ela surge para responder, vamos assim dizer, a um problema ou a uma crise identificada no Judiciário. Ou não? Por que surge essa idéia de controle externo?

P.A. – Olha... eu acho que ela surge por motivos muito diferentes. Acho que tem uma coisa relacionada à corrupção, muito forte, relacionada à falta de transparência, que não é exatamente

a mesma coisa. Aí a imagem do presidente, de caixa preta, está muito ligada a isso. Tinha tido a CPI do Judiciário alguns anos antes...

T.R.- Do ACM...

P.A.- ... que acho que reforçou ainda mais essa idéia da corrupção no Judiciário. Mas acho que surge também do fato de que o Brasil tinha passado por uma democratização muito grande tanto no Legislativo quanto no Executivo, e o Judiciário tinha se mantido um pouco à margem desse processo de democratização. Então tinha uma demanda de maior abertura, não só abertura do ponto de vista de transparência, mas de abertura...

T.R. - Para a questão do acesso...

P.A -... para discussão de si mesmo. Acho que o Judiciário ganhou uma importância. Até com relação a políticas públicas, isso já... Hoje é até mais claro, mas já estava ficando claro nos anos 90. E, portanto, precisava ter um arejamento democrático. Então, acho que o controle externo entrava nesse sentido também.

T.R. – E quais eram os opositores iniciais encontrados no Senado, contra a ideia? Ou seja, o Maurício Corrêa, quando ele sai da presidência do Supremo, ele continua ministro. E não... Assim. Teoricamente, sem interlocutor no Senado.

P.A. – Ele continua ministro? Ou ele se aposentou?

T.R. – Acho que sim. Ele se aposentou acho que depois.

P.A. – É?

C.J. – Mas foi logo depois. Foi muito pouco tempo.

T.R. – É, foi logo depois. Ele se aposentou acho que em 2004. Uma coisa assim.

P.A. – Quando aprova a PEC, ele ainda é ministro? Pode ser. Pode ser.

T.R. – É. Quando ela vai ser julgada é que entra a nova turma de ministros. Aí ele sai e entra o...

P.A. – É. Quando ela foi julgada, ele não estava, com certeza.

T.R. – Mas acho que foi no finalzinho de 2004, iniciozinho de 2005.

P.A. – Pode ser. Puxa! Quem, no Senado, era contra? Eu não vou conseguir...

T.R. – Porque os magistrados, eles tentavam identificar quem, no Senado, para apoiá-los. Não tinha um discurso feito a favor da independência do Judiciário e contra o controle? Porque, em geral, o argumento que eles usavam era esse.

P.A. – Era. Não. O Judiciário estava sempre lá presente e batia e... enfim, a AMB mesmo, outros ministros. Mas eu, agora, não me lembro de senador. Precisava olhar de novo. Eu não lembro de senador. Mas tinha, com certeza tinha, porque... Tanto que a gente tinha medo que não passasse.

C.J. – Vocês tinham esse medo.

P.A. – O que eu lembro também era de alguma... de conversas assim: olha, isso é perigoso... Alguns senadores, assim, falando: não, isso é muito perigoso, vamos ver... Mas eu acho que o fato do José Jorge estar comprometido e ser um senador do Democratas, do presidente... Acho que outra pessoa que foi muito importante nesse processo foi o Edson Lobão, que era presidente da CCJ na época e também era do Democratas. E ele se envolveu muito com isso. Quer dizer, priorizou, ajudou. E tinha várias reuniões. As reuniões ora eram no gabinete do José Jorge, ora no do Edson Lobão. E era o tempo todo discutindo.

T.R. – E quem participava dessas reuniões, além deles?

P.A. – Ah. Os líderes dos partidos. Enfim, Mercadante... Mas... PMDB, acho que... era o Renan? Talvez. Acho que era o Renan. Pelo PSDB, o Arthur Virgílio. Todo mundo participava.

T.R. – E nessas reuniões com os presidentes dos partidos, a posição majoritária?...

P.A. – E às vezes era só governo e José Jorge, para ir fechando... É isso. O que estava fechando ali era um pouco um acordo, que era o acordo que ia ser defendido. Aí você tinha algumas pessoas que podiam ser contra alguns pontos e tal.

C.J. – Você participava dessas reuniões?

P.A. – Participava.

C.J. – Redigia?

P.A. – Eu redigia...

C.J. – Os resultados - é isso?-, das conversas, ou não?

P.A. – Não, não. Ficava assessorando o Mercadante, falava as coisas para ele e preparava o material para ele, para... Agora, nas reuniões com o José Jorge e com o Lobão, aí participava mesmo, para definir: esse ponto então, qual é a posição, qual é o argumento? Tal. Aí era uma discussão. Quando era com os outros líderes, aí não, aí ficava mais... Mas nas reuniões, assim, mais... Eu lembro de algumas reuniões. Tinha a da Lide, que era assessora do José Jorge, também. Do José Jorge e do Lobão. Não sei de quem. Ela estava sempre com os dois. Acho que ela era do Democratas.

T.R. – E aí você... Quando alguém falava isso é perigoso, o perigo estava onde? O que era identificado como perigo, era o perigo da não aprovação ou era o perigo da construção em si, que estava sendo feita?

P.A. – Não, não. Perigoso, a idéia de controle externo do Judiciário, de afetar a independência e tal. Tinha algum...

T.R. – Existia um temor de que, talvez, passando o controle externo do Judiciário, logo pudesse haver também um controle externo do Legislativo e do Executivo? Ou não?

P.A. – Não.

T.R. – Esse argumento não chegou a ser discutido.

P.A. – Não. Porque toda a discussão... Esses poderes têm um controle externo, que é o voto. O Judiciário precisa de outro tipo de controle externo porque não tem o controle do voto.

T.R. – É. Teria o do concurso.

P.A. – É. Mas aí não é controle do...

T.R. – É, não é controle. Não é periódico. É uma vez só.

P.A. – Exatamente. É. Nem é... Quer dizer, você não está controlando os atos das pessoas, porque, a partir do momento que você entra, depois, você não vai ter mais nenhuma responsabilidade.

T.R. – E aí no caso, é feita a aprovação. Qual fica sendo o seu papel nesse caso? Você ainda continua com o Mercadante ou nessa fase você já passa a trabalhar com o ministro Marcio?

P.A. – Quando é que foi aprovado mesmo? Em dezembro de 2003.

C.J. – 2004.

P.A. – 2004. Não. Eu já estava... É, quando foi aprovado, eu já estava no Ministério. Quando foi aprovado...

T.R. – E aí, no Ministério, você estava fazendo o quê?

P.A. – Aí continuei... Não. Eu fui parar no Ministério por causa da reforma. Porque aí eu conheci o Sérgio, conheci os outros assessores do ministro, conheci o ministro – menos, mas enfim... E aí o chefe do gabinete do ministro sai, justamente porque... Faz uma carta, dizendo que estava pedindo demissão porque a bancada do governo no Senado fechou questão a favor da súmula vinculante. Então o Sérgio Sérvulo, que tinha livros, etc. contra a súmula, falou: “bom, então, se a bancada do governo é a favor, eu estou fora”. Aí ele sai. Aí o assessor especial do ministro vira chefe do gabinete. E aí o ministro me convida para virar assessor. Aí que eu vou parar no Ministério. E, entre outras coisas, ele fala: “não, você vem para cá para cuidar disso”. Aí acabo cuidando de mais algumas coisas. Mas uma das coisas era fazer essa relação com... ajudar a aprovar a reforma. Então eu cheguei lá em maio de 2004, é esse... é esse clima.

C.J. – Aí você já acompanha, então, o finalzinho da reforma pelo outro...

P.A. – Pelo Ministério. Exatamente.

C.J. – É. Pelo outro lado.

T.R. – Apesar da Emenda ter sido aprovada só em dezembro, em maio, o governo já aceita ceder na questão da súmula.

P.A. – Não. O que aconteceu ali é que nenhum senador da base governista concordava com a posição do Ministério. O governo não cedeu. O Ministério continua, até o fim, dizendo que era contra. Mas o único senador, na verdade, para não dizer que nenhum, foi o senador Suplicy, que mantém uma posição contra até o final. Os outros todos tinham virado. E aí chegou e falou: olha, desculpa...

C.J. – Perdeu.

P.A. – É. Nesse ponto o Ministério não vai...

C.J. – Não vai levar.

P.A. – É.

T.R. – E ele perde por quê? Aí nesse ponto é interessante, porque aí você está do lado do Mercadante que é a favor da súmula.

P.A. – É. Eu me lembro de uma reunião... Eu, é isso de novo, era um menino, tinha vinte e três anos. E ele chama o Jobim e aí me chama lá na sala. Está só ele e o Jobim na sala. E aí ele fala: “Jobim, o Pedro é contra a súmula vinculante”. Aí Jobim dá uma risada, falou: “Não. Agora, o Pedro vai ter que te convencer a ser contra a súmula vinculante”. Eu nem... Enfim... Aí foram os argumentos. (ri) Aí o Mercadante começou assistindo, assim, o debate. O Jobim... Imagina. E aí... Mas então tinha... O Jobim acho que teve um papel muito importante, de convencer os senadores da base a votar a favor da súmula.

T.R. – Ou seja, no final acaba que a favor da súmula, entra o Jobim para fazer essa defesa.

P.A. – É.

T.R. – E aí ele consegue convencer a base do PMDB, óbvio, que é o partido dele, e aí consegue convencer o PT todo.

P.A. – Claro. Mais o PT todo. Menos o Suplicy.



T.R. – Menos Suplicy. E o DEM também. Que o DEM também vota a favor.

P.A. – Também. Todo mundo.

T.R. – E por que demora tanto, de maio até dezembro, para essa aprovação?

P.A. – Ah. Porque reforma... Era muita coisa. E é muito tema, muito assunto, precisava negociar cada um deles. E tinha a CCJ toda para votar; depois, tem que ir para o plenário para... Então, essas negociações eram... Nossa!

T.R. – Eram bem demoradas.

P.A. – Quotidianas. O tempo inteiro, você negociando cada ponto e tal.

T.R. – E aí na hora que você já está no Ministério, passa a Emenda, qual é a estratégia adotada pelo Ministério? Porque aí, qual é o problema que a gente tem? Você tem uma emenda constitucional que aprova o CNJ, mas você não tem a instituição criada; não tem prédio, não tem endereço...

P.A. – Não. Aí é o pacto. Aí é o pacto, é a criação do pacto.

T.R. – É. O pacto, na verdade, é feito antes até da aprovação. Mas é quinze dias.

P.A. – É. Mas aí já estava claro. Aí já estava claro que ia...

T.R. - Você participou dessas discussões?

P.A. - Na verdade, ele foi feito depois até da votação do primeiro turno.

T.R. – É isso, é, exatamente. É antes do segundo, é.

P.A. – E aí, o Jobim e o Marcio que articularam isso aí para valer. O Jobim vai, chama os senadores, tem uma reunião lá no Supremo com dezoito senadores. E depois volta... Enfim. Então é...

T.R. – Você lembra o nome desses senadores?

P.A. – Não. Não. Mas Jobim deve saber.

T.R. – E aí, que apoio que o Ministério da Justiça... Porque o Ministério é favor do CNJ. Ele também tinha interesse que o CNJ se instalasse o quanto antes?

P.A. – Com certeza. Para não desmoralizar. E porque o Ministério vendia a aprovação da reforma como um feito. Quer dizer, o Executivo se engaja, leva bordoadas gerais pelo fato de estar se mexendo, cria uma secretaria da reforma e aprova a reforma, quer dizer, tem um trabalho concluído de alguma maneira e que precisava... se não saísse do papel, ia ficar feio para o Executivo.

T.R. – Entendi. E, nesse caso, como é que se dá esse apoio do Ministério?

P.A. – Não. Acho que é político mais. É na feitura do pacto, é garantir, enfim, inclusive... ah bom... então vai ter orçamento para o ano que vem e tal.

T.R. – O Ministério chega a articular... Porque a Emenda é aprovada num dia, quase que no dia seguinte, a AMB entra com a ação de inconstitucionalidade no Supremo. Nesse momento, o Ministério chega a se articular para tentar falar com os ministros a favor?

P.A. – Com certeza.

T.R. – E como isso é feito?

P.A. – Ah... Isso, o ministro Marcio, na época, teve um papel muito ativo. Ele se dava bem com os outros ministros, tinha participado da indicação dos ministros, dos novos, e... Enfim, teve um papel ativo mesmo, de conversa, de ajudar no convencimento. Foi...

C.J. – Vocês chegaram, como assessores, a produzir material para levar ao Supremo, aos ministros do Supremo, que o ministro Marcio levasse, ou não? Foi uma coisa do Marcio mesmo?

P.A. – Não. Foi mais uma coisa... A gente produzia material para ele, com certeza, para as discussões todas, compilava argumentos e tal, mas ele não apresentou memoriais. E nem seria essa a função. Não é que ele entregou documentos. Foram mais as conversas mesmo.

T.R. – E tinha... A previsão que o Ministério fazia do resultado dessa Adin no Supremo era que ganharia? Ou ainda não estava claro?

P.A. – Olha. A gente assistiu na tevê, que nem se assiste a jogo de futebol, assim, estava torcendo e vendo voto por voto e tal. Então, tinha dúvida, tinha dúvida, sim.

T.R. – Não estava claro.

P.A. – É.

T.R. – O Jobim, antes dessa votação, ele faz um acordo com a AMB, de não colocar o CNJ para funcionar até

P.A. -... o julgamento da Adin.

T.R. - o julgamento da Adin. O Ministério sabia disso e concordava? Ou fez alguma pressão para que começasse antes?

P.A. – Não. Acho que fazia sentido aquilo. Eu não lembro disso. Mas fazia sentido, quer dizer, se você começasse a ter uma Adin... Claro. A Adin foi julgada razoavelmente rápida. Não teve...

T.R. – Foi. Acho que em três ou quatro meses. Um recorde, assim.

P.A. – Eu lembro que a gente tinha medo, muito, do argumento... mais do argumento federativo do que do argumento de separação de poderes. Isso eu lembro que era uma coisa muito presente. Da intervenção no poder judiciário dos estados.

T.R. – Os argumentos utilizados pela AMB são três: a independência, a federação e o processo, que eles entendem que não houve...

P.A. – Que o texto era diferente.

T.R. – É, que o texto era diferente, e que o processo mesmo, eles acham, não sei se na Câmara ou no Senado, agora não lembro, que o tempo de votação da primeira para a segunda sessão foi muito curto.

P.A. – Ah é. Bom.

T.R. – Isso também não preocupava.

P.A. – Não, isso não. De fato, tem alguns pedaços da PEC, (nada, nenhuma das prioridades) que o texto aprovado no Senado não é o texto aprovado na Câmara. A parte de divisão de competência entre Justiça Federal e Justiça do Trabalho e tal, se olhar isso... isso foi escrito na última hora. Aliás, o texto que está lá não foi mandado nem na Câmara nem no Senado, (ri) foi um texto escrito ali, pelo secretário-geral da mesa do Senado com o secretário-geral da mesa... no dia da promulgação.

C.J. – Sério?

P.A. – É.

T.R. – Isso acontece às vezes. O Jobim... (ri)

C.J. – É. Ele já contou isso. Isso é assustador. (ri)

P.A. – É. (ri)

T.R. – Aprovado o CNJ, o Jobim ainda presidente do Supremo, ele monta um gabinete...

P.A. – Tem um ponto. Eu não sei se a gente vai voltar no processo. Aí tem um ponto, que eu até tinha lido o roteiro, achei que era um ponto interessante, que depois eu fui olhar, que era a questão da inclusão do CNJ como parte do Poder Judiciário. Como... quer dizer...

T.R. – Ah! A concessão que é feita. Que ele deixa de ser controle externo e passa a ser controle interno. É isso?

P.A. – Então... Na verdade... Exatamente. Exatamente isso. Mas...

C.J. – Posso então fazer a pergunta? Qual é a proposta original? Ou seja, vocês recebem um determinada diretriz, que vocês vão batalhar...

P.A. – A gente não tinha opção, porque a gente pegou no Senado. Então, a ordem era aprovar o que veio da Câmara, porque não tinha como; se alterasse, voltaria para a Câmara. Era pegar esse processo. Agora a inclusão dele como parte do Poder Judiciário parecia para a gente... Primeiro é o seguinte: Durante todo o processo... E eu recuperei minhas notas antes de vir para cá, porque eu achei esse ponto... Quer dizer, lembrava disso, mas fui olhar. Porque eu tenho

todas essas orientações de voto ainda, estão no arquivo lá, exatamente, cada destaque e tal. E aí o argumento que se usava para que fosse parte do Poder Judiciário era porque aí a perda do cargo - que era uma das coisas que a gente defendia, que a gente perdeu - não seria considerado inconstitucional. Quer dizer, era um argumento a mais. Quer dizer, inconstitucional do ponto de vista de que não teria aí uma ação de cláusula pétrea e tal. Porque a perda do cargo ainda seria feita mediante um órgão do Poder Judiciário. Aí cai a perda do cargo, e a orientação de voto do José Jorge (eu levantei lá) era para retirar isso também. Porque, durante todo o argumento, uma coisa estava vinculada a outra: “Ah! Está no Poder Judiciário para poder perder o cargo”. Só que a gente foi e brigou e falou: “Não. Tem que ficar no Poder Judiciário. Porque se não ficar no Poder Judiciário, a chance, depois, do Supremo declarar inconstitucional é muito grande”.

C.J. – Ah! Então vocês já anteciparam uma possível queda do controle no... Ou seja a entrada de uma ação...

P.A. – É. Ah não, com certeza, ninguém tinha dúvida que ia ter a Adin. Isso era dado. Então, você tinha que preparar isso. Então, colocar e dizer “olha, não, é um órgão do Poder Judiciário e, por isso, não há problema com a separação de poderes”, para a gente, era um argumento muito importante. Então o governo, contra a orientação de José Jorge, que pede para, apesar de ter perdido na perda do cargo, para que se incluía isso. Aí ele aceita até, depois, isso ainda.

C.J. – A composição do Conselho também acaba sendo alguma coisa importante, ou não?

P.A. – Não. Isso não tem discussão mais. Tinha gente: “ah, não entrou o STM”, não sei o quê, ou... Enfim. Tinha uma ou outra coisa assim, que aparecia. Mas a gente não tinha o que fazer nisso.

T.R. – José Jorge fala que o único problema aí, que foi até uma alteração que ele fez no Senado, mas que ele entende que não haveria problema, foi na parte do Ministério Público; que, a princípio, estava que o Ministério Público indicaria um membro só. E aí ele falou: “Eu vou ter problema, porque quem vai indicar esse membro do Ministério Público? Federal ou estadual?”. Aí ele entendeu que o que a Câmara queria dizer era que o Ministério Público indicaria um membro, mas cada ministério público, um do estadual e um do federal. Que ele fez essa

alteração lá, na hora, para não ter problema. Porque ele achava que se tivesse um só, teria dificuldade na escolha desse nome.

P.A. – É. Mas é isso. Tirando isso, a composição, não tinha muito como...

T.R. – Mas para o Senado... Porque um dos temas levantados na Adin - da composição -, que reforça essa idéia de controle e quebra na independência, é que você tem os dois membros externos, o do Senado e da Câmara. O governo achava importante mantê-los? Ou era negociável isso também?

P.A. – Não. Era imprescindível manter. Era completamente imprescindível. Não tinha o menor... Aí não faria o menor sentido. Se não tivesse membros da sociedade... Porque... E era esse o argumento também, eles não eram membros do Senado, da Câmara, eles eram representantes da sociedade civil, escolhidos pelo Senado e pela Câmara.

T.R. – Mais alguma pergunta?

C.J. – Não.

T.R. – Quer falar mais alguma coisa dessa época?

P.A. – Não, não.

T.R. – Na hora da aprovação do Conselho, o Ministério começa a trabalhar na indicação dos nomes também, ou não?

P.A. – Sim.

T.R. – De todos ou de alguns?

P.A. – Dos dois. Do Senado e da Câmara.

T.R. – E do Poder Judiciário não?

P.A. – Não. Não.

C.J. – Ou seja, o Ministério só tenta influir na questão da sociedade civil, dos membros da sociedade civil.

P.A. – É. Nem da OAB. Nem da OAB.

C.J. – É? Mesmo o Marcio sendo um ex-presidente, um nome importante na OAB.

P.A. – É. Na época, a relação com a OAB não estava ótima assim, estava... Quando é que foi isso? Quando é que são?...

T.R. – Foi em 2005.

P.A. – Não. Mas que mês?

T.R. – É em junho que eles começam. Mas a negociação começa em março. Fevereiro, março.

P.A. – É. Estava uma relação tensa. Tanto que depois a OAB entra no processo do mensalão. Até chega, depois, a discutir impeachment do presidente e tal. Então... Isso, mais adiante. Mas já estava uma relação tensa com a OAB. Então, ali, não... não se entrou muito.

T.R. – E o que o Ministério esperava desses membros do Senado e da Câmara? Qual que era a idéia?

P.A. – A idéia era tentar dar uma importância política para aquilo, colocar gente de peso, para que não houvesse uma... para que não se apequenassem, para que não se acovardassem diante do Judiciário, que ia vir com peso para tentar dizer que aquele órgão era um órgão sem importância política.

C.J. – Os nomes foram discutidos internamente ou não? Ou foi uma discussão só de alto escalão? Ou seja, só do ministro? Ele discutiu com vocês, os assessores, vários nomes?

P.A. – Discutiu, discutiu bastante com a gente. Não. Discutiu com a gente.

T.R. – O nome indicado pela Câmara, no primeiro momento, para essa primeira gestão, era justo o do Sérgio.

P.A. – Era o do Sérgio, é.

T.R. – E aí como é que acontece? A gente sabe que na hora da votação na Câmara perde; mas por um... por conta do Severino, né?.

P.A. – É. É.

T.R. – Foi aquele momento todo. E acabou que o Sérgio entrou no pacote, sem ter nada a ver com a história. Mas...

P.A. – É, foi um momento... É. Exatamente. É. Não. Acho que Alexandre era um candidato forte também. Mas era isso, era um momento que o governo estava muito enfraquecido na Câmara. E estava muito confuso. (Só mandar essa mensagem.)

(Silêncio)

T.R. – Se você precisar atender, a gente pára.

P.A. – Não, não. Só mandar a mensagem que eu vou atrasar. Vou atrasar muito.

T.R. – Mas a gente já está também no finalzinho.

P.A. – Não. Mas só para não deixar... É o presidente da OAB aqui do Rio. Não ficar esperando.

T.R. – Por conta do momento político...

P.A. – Então. Era um momento político muito ruim. Eu lembro que, por exemplo, a orientação da liderança do PT, saiu que o PT não tinha candidato, quando chegou na hora. Eu lembro de eu olhar aquilo, falar: “meu Deus do céu!” E assim, dada aquela circunstância, eu diria que saiu foi bem até.

T.R. – Quem fazia essa orientação?

P.A. – Eram os assessores da... O equivalente ao que eu era na época do Mercadante. Então fazia, tal. Eu me lembro que o líder era o Paulo Rocha. O Paulo Rocha nem apareceu no dia. Foi... Enfim, foi um desastre. Aquele dia foi um desastre. E perdeu por pouco. Eu lembro que até, a gente contou, os partidos da base mais dura do governo, que era PT, PC do B e PSB, faltaram... sei lá, trinta e tantos. O Sérgio, acho que perdeu por vinte e nove votos, sei lá. E faltaram trinta e poucos da... Quer dizer, se todo mundo tivesse ido, a gente tinha...

C.J. – Ou seja, se a base estivesse presente...



P.A. – Tinha ganho.

T.R. – E como é que o governo digere isso?

P.A. – Não. Acho que digere mal. Quer dizer... e é isso. Ao mesmo tempo, para o Senado, a articulação é em torno do Joaquim, que aí há um acordo governo e oposição. Marco Maciel apoiava, o José Jorge apoiava, então... acho que não tinha...

C.J. – Pernambuco em peso. (ri)

P.A. – É, exatamente. Acho que aí não teve nenhum susto assim. Então... Acho que... Bom. De um lado, a gente ficou feliz com a... E até, eu lembro, no Senado, a situação era mais confortável do que na Câmara. E eu, eu que ia cuidar desse assunto, como tinha vindo do Senado, conhecia muito melhor o Senado do que a Câmara e... Câmara estava com o problema do Severino, e o Senado, são 81, então você sabe. Votação no Senado, você sabe. Tirando uns poucos, você sabe o que vai dar. A Câmara, você nunca sabe.

T.R. – É, porque é muita gente.

P.A. – É muita gente. Você pode fazer uma conta, aí você... pô, você contou cento e trinta, cento e quarenta; de repente... não dá, o cara falta, é isso. No Senado não. No Senado, você sabe exatamente o que vai dar. Você conta, ali, cada um, você fala com todo mundo. Na Câmara, você não fala com os quinhentos e treze; mas no Senado você fala com os oitenta e um. E eu lembro de sugerir para o...

T.R. – Para o Sérgio.

P.A. – Não. Para o ministro Marcio... – Joaquim vai ficar bravo comigo, mas sugeri –, de falar: “Não. Vamos botar o Sérgio no Senado. Que aí, no Senado, a gente garante”. Aí o ministro Marcio falou: “Não. Tenho compromisso com Joaquim. Está fechado e tal. Vamos colocar o Joaquim no Senado e vamos tentar o Sérgio na Câmara”. Vai ser difícil, porque a situação na Câmara... E aí a gente foi e tal, e aí, de fato, deu o Joaquim, não deu o Sérgio. Mas acho que mesmo a entrada do Alexandre, acho que é... A coisa mais importante para a gente, que era ter gente comprometida com a idéia de Conselho Nacional de Justiça que a gente tinha pensado, como um órgão que fosse dar mais transparência, fosse ajudar o Judiciário na gestão de

políticas públicas dentro do Judiciário, acho que isso o Alexandre tinha. Acho que então o governo, de alguma maneira, ficou satisfeito. Claro que é ruim perder. Mas cumpriu a função. E até acho que o fato de o governo ter escolhido um candidato... fez oposição, escolheu um candidato, também com esse perfil... E acho que o que importa é que se conseguiu um Conselho... enfim, de peso. Os representantes.

T.R. – Nós entrevistamos o José Jorge. E ele diz que o motivo pelo qual o Senado escolhe o Joaquim no primeiro momento é que o Senado queria ter... Isso tem se mantido, né? Que o que está por trás da escolha do Senado é um nome que tenha ligação com a academia. O Senado não queria escolher alguém da magistratura porque isso não teria sentido algum, porque a magistratura já tem os seus representantes, não queria escolher ninguém que fosse advogado porque a OAB já tem um assento, nem do MP, porque o MP já tem assento, e que também não queria escolher alguém do governo, para não ficar pensando que o Senado estava se diminuindo frente ao governo, alguma coisa assim. Isso chegou a ser dito a você? Ou não?

P.A. – Não, chegou. Eu fui falar com o José Jorge até, disso. Ah. Vamos colocar o Joaquim na Câmara. Quem sabe...e tal. E ele, também, falou “de jeito nenhum”, e tal. “Acho que, para a gente, não pode ser alguém do governo. Acho o Sérgio Renault ótimo; mas acho ruim vocês escolherem alguém do governo nesse momento”. Ele falou muito claramente. Demóstenes, por exemplo, ajudou a gente na Câmara, com o Sérgio. Lembro dele ligar para o Caiado e tal. Quer dizer, também, isso não era uma coisa muito... governo e oposição, assim.

C.J. – Não era partidário.

P.A. – Era...Naquele momento, ali na Câmara, era mais contra... É isso. Era o clã do Severino, que tinha um pedaço da base do governo. Era uma coisa mais contra o PT até do que contra o governo, acho.

T.R. – É. E contra o próprio nome do Sérgio também.

P.A. – É. Mas no Senado... Agora, eu não sei se concordo com isso. Porque eu participei muito de perto - acho que, talvez, mais de perto do que do Joaquim ou tão de perto quanto -, do Marcelo Neves. E não foi fácil. Foi muito difícil. E aí... É isso. Não... Essa idéia de que “ah... um nome da academia”, tal, ali foi por pouco. Foi por um voto, aliás, especificamente. Foi por

um voto. E o outro nome era um nome que não tinha nenhuma ligação com a academia ou com...

T.R. – Que é o?...

C.J. – Ou seja. Você acha que isso já descola... Se algum dia aconteceu a questão da academia, isso já descolou e já é alvo de disputa.

P.A. – Não. Não acho que tenha um critério assim. Eu acho que é... O Joaquim...

C.J. – Político.

P.A. – É. E o Joaquim, acho que tinha as condições políticas de ser apoiado tanto pelo governo quanto pela oposição: trabalhou desde cedo, falou com as pessoas certas, era amigo do Marcio, era amigo do Marco Maciel. Quer dizer, ficou uma... E o Marcelo foi porque tinha o apoio do Gilmar e tinha o apoio do Ministério da Justiça. E aí, acho que isso junta... E tinha o apoio do Joaquim, que estava saindo. Então, acho que tem um pouco...

C.J. – Agregou.

P.A. – Mas acho que é político. Não acho que sejam critérios assim, nomes e...

T.R. – Tão objetivos.

P.A. – É.

T.R. – É. Porque eu ia perguntar se a Câmara tinha alguma coisa assim. Menos ainda, não é?

P.A. – Não. Acho que nem... E acho que a hora que se escolhe como critério, quem vai indicar o representante da sociedade civil é o Legislativo, quer dizer, cada uma das casas, o critério é político, evidentemente.

T.R. – Eu acho que é isso. Quando o Conselho começa a elaborar o regimento interno dele, o Ministério presta algum tipo de assessoria, de apoio? Ou não?

P.A. – Não.

T.R. – A relação, uma vez...

P.A. – Ah bom. Outra pessoa que acho que foi muito importante, que eu estou lembrando agora, em todo esse processo foi o Flávio Dino, que estava sempre presente nos debates como assessor do Jobim, então... tanto nas reuniões do pacto, eu ia pelo Ministério da Justiça, o pessoal da Secretaria de Reforma e tal, vinha o Flávio pelo... Eu conheci o Flávio nesse processo. Hoje, um bom amigo também. Mas ele era... Ele foi muito importante. Então, essa questão do regimento interno, eu lembro de falar com ele disso e tal, mas não era... Aí já...eles que estavam tocando e tal. E eu lembro que ele teve um papel muito ativo nisso.

T.R. – Uma vez nomeados os membros do Conselho, a atuação do Ministério da Justiça fica sendo mais uma coisa de observar no que vai dar do que, necessariamente...

P.A. – É. E defender politicamente perante a sociedade. Quer dizer, acho que o ministro Marcio teve um papel fortíssimo nisso, de sempre defender a instituição, falar nisso. Pegar... quase todas as entrevista dele nessa época, ele vai falar disso.

C.J. – Institucionaliza e deixa o CNJ agora traçar o seu caminho.

P.A. – É, com certeza.

T.R. – A escolha... O Jobim chega a comentar para a gente que... (Ele é o primeiro presidente do CNJ) que a preocupação dele, (e o Flavio, também, comenta que tinha essa preocupação) era, no iniciozinho do CNJ, pegar alguns casos que fossem pontuais e que pudessem reforçar a instituição do CNJ. E aí eles pegam para isso dois temas: um para reforçar o CNJ perante a própria magistratura e o outro, perante a sociedade. Para a magistratura, a questão da promoção. Que era uma questão que os magistrados de primeira instância, todos apóiam. Quem não apóia eram alguns desembargadores. Mas em geral, desembargador e ministro. E aí, fazendo isso, o CNJ consegue ter essa legitimidade perante a maior parte da magistratura. E a outra, óbvio, perante a sociedade, é o nepotismo. Quando ele vai decidir isso, ele chega a comentar com o Ministério da Justiça, se o Ministério também tem o *feeling* de que esses seriam os casos mais importantes?

P.A. – Aí, só se comentou com o ministro. Mas eu... Isso, eu não. Eu não tive nenhum...

C.J. – O que você acha hoje do CNJ? Você deixou a assessoria do ministro, virou assessor de assuntos legislativos do Ministério, agora está na Secretaria Nacional de Justiça. Como é que você vê, nesses anos aí?

P.A. – Eu acho que é uma instituição... Foi um baita passo, nesse sentido de tratar o Judiciário... trazer o Judiciário para dentro da democracia. No sentido de que dentro da democracia você precisa ser publicamente responsável pelo que você faz. Acho que antes do CNJ, o Judiciário não era, publicamente, responsável pelos seus atos. Podia fazer qualquer coisa e isso nunca era exposto à luz, e portanto não tinha controle social, não tinha... aí, não é controle externo, enfim, jacobino. É uma idéia de que precisa se justificar...

T.R. – Transparência.

P.A. – É. Não. E você precisa justificar os atos perante... publicamente. Acho que isso é o que há de mais importante na democracia; talvez, mais importante até do que o exercício do voto. É a idéia de você, publicamente, ter que justificar cada ato. Não tem ato injustificável ou injustificado. Então acho que isso é o mais importante. Sem dúvida, ele é importante também porque começa a ter planejamento. A idéia de tratar o sistema de justiça como alvo de políticas públicas, ela não existia. Isso não era um tema. E aí passa a existir, a partir, eu acho, da Secretaria de Reforma do Judiciário e do CNJ. Então acho que essas são vitórias...

C.J. – Essas duas vitórias, elas estavam previstas logo no início, ou uma só delas? Às vezes eu fico achando que a questão da gestão de repente estava...

P.A. – Eu não sei. Acho que não no debate que o ministro Marcio fazia em 88. Acho que não.

C.J. – Não. Em 2003.

P.A. – Em 2003, acho que sim, porque ele falava muito nisso. Ele falava: “Hoje, o Judiciário é um arquipélago, são muitas ilhas. Precisa transformar num continente, precisa ter uma gestão”. Ele, para não brigar com o Judiciário, para um argumento, para trazer o Judiciário para o debate, para dentro, etc., o grande argumento que ele usava era da gestão. Esse é um conselho que não é contra o Judiciário. Ele é a favor.

C.J. – Mas a transparência?

P.A. – A transparência a mídia usava. E acho que a mídia teve um papel fundamental nisso. Isso eu acho que é importante dizer. Quer dizer, se não houvesse uma imprensa favorável... E aí a imprensa estava favorável, por causa da transparência e por causa até de ser Poder Judiciário e tal. Era por isso que a imprensa era tão favorável. Se não houvesse, não teria aprovado, com certeza, porque a resistência do Judiciário... Mas o Judiciário, essa resistência fica acanhada, porque a mídia estava muito favorável. E aí... Mas... Olha. Se pegar as falas do ministro, acho que o papel... as falas dele são muito mais ligadas à gestão do que à transparência. Eu lembro muito disso. “É um arquipélago. Precisa agora virar um continente”.

C.J. – É. Porque você, agora, falando, eu também fiquei com isso. Eu fico pensando que é muito mais a coisa da gestão. Mas a coisa da transparência, é que ela é consequência não antecipada de uma ação. Acabou gerando, né? Ainda que a mídia tivesse uma coisa... isso pode dar, poderia não dar.

P.A. – É, é. É.

C.J. – Você acha que o CNJ, ele está... a sua gestão interna e essa perspectiva de ser um agente de transparência, de responsabilização do Judiciário pode estar vinculada ao seu corregedor? À figura do corregedor? Ou não? Transcende a questão da pessoa, do indivíduo, e já é institucional?

P.A. – Não, acho que é institucional, mas acho que faz muita diferença, tanto o presidente quanto o corregedor, os dois. É muito evidente a mudança do papel do CNJ do Jobim para a Ellen, da Ellen para o Gilmar, do Gilmar para o Peluzzo. Para mim, isso é... E dos corregedores também. E o Dipp, acho que marcou muito fortemente a gestão, nesse sentido. Mas são... Ainda, o papel... Mas acho que aí, qualquer instituição, entendeu? Até o Supremo varia conforme seu presidente. Então... Ou pelo menos a maneira como a sociedade enxerga o Supremo. E isso que o Supremo tem cento e...

C.J. – As hipóteses. Isso daí já é futuro, futurologia. Mesmo caminho: A Maria Teresa Sadek, ela vai fazer uma análise sobre a reforma e sobre o CNJ e vai falar assim: “a partir de um momento, os membros do Judiciário contra o CNJ, dado que era inevitável passar o CNJ, vão começar a disputar o CNJ”. Você acha que há o perigo do CNJ ser...

T.R. – Esvaziado.

C.J. – Não digo nem esvaziado; mas, ser ocupado por esses membros do... ou esse lado, esse grupo do Judiciário mais refratário ao próprio CNJ, e com isso, aí sim, esvaziar a própria atuação?

P.A. – Eu acho que o risco sempre tem. Mas eu acho que a sociedade tem um olhar e uma cobrança sobre o CNJ, que eu acho que alguns pontos já... não se volta mais para trás. Acho que é possível que se aprofunde menos, é possível, acho que vai ter momentos de uma atuação mais forte ou menos forte, acho que isso sempre vai oscilar; mas eu não acho que uma reversão completa ou muito profunda do CNJ, eu não acho que... não me parece possível.

T.R. – Pedro, tem uma outra situação, uma outra competência do CNJ, que está dentro disso que você falou, que é a questão da normatização, mas, principalmente, de estabelecer... são políticas públicas, mas eu classificaria isso como políticas públicas menos controvertidas. (ri) Quando, por exemplo, o CNJ cria o cadastro nacional de adoção, cadastro nacional de presos e tudo. Isso que o CNJ faz, facilita e muito, óbvio, o trabalho do próprio Ministério da Justiça, porque o CNJ atua na... A própria Justiça, em números, são números que antes o Ministério da Justiça também não tinha.

P.A. – Facilita, e às vezes concorre.

T.R. – Exato. A isso que eu ia chegar. No primeiro momento ele fornece o dado. E no segundo, às vezes ele choca a competência, às vezes com o próprio Ministério da Justiça. Não?

P.A. – Eu acho a criação do departamento... tem um departamento penitenciário - Não vou lembrar o nome exatamente - que foi criado lá. E, opinião pessoal, não do governo, claro, mas eu acho inconstitucional. Não está... Se pegar... E não só acho, na época era secretário de Assuntos Legislativos e responsável por fazer o parecer para a Presidência sobre a opinião do Ministério a respeito da constitucion... enfim, se ele devia vetar ou não aquele projeto, e a nossa...minha opinião era que tinha que ser vetado. Depois, o ministro Gilmar ligou para o Tarso, etc., e não vetou. Mas eu acho que era inconstitucional. O CNJ não tinha poder... não está entre as competências ter um departamento para cuidar da questão penitenciária. Então acho que tem temas de concorrência entre... que são complicados. Mas sem dúvida, acho que

isso é exceção, acho que, em geral, se trabalha muito junto; ajudou muito a pauta penitenciária do Ministério toda essa entrada do CNJ nesse sentido.

T.R. – Acho que é a minha última pergunta. Óbvio que continua existindo, como toda grande instituição, a comunicação entre elas. De alguma maneira, o Ministério da Justiça consegue colocar pauta para o CNJ? Ou seja, olha, a gente está com essa questão, querendo fazer isso, vamos unir forças para resolver isso.

P.A. – Claro, claro. Não. Muito. Muito.

T.R. – E vice-versa também.

P.A. – E vice-versa também. Muito, é. A relação é com... Mesmo na... quer dizer, ministros como Tarso Genro e Gilmar Mendes, que, publicamente, apareciam como a antítese, brigados, etc., adversários, muitas vezes discutiram parcerias CNJ e o Ministério da Justiça. Muitas vezes.

T.R. – Você lembra de algumas?

P.A. – Na área penitenciária, várias coisas. Enfim...

T.R. – Com o Peluzzo, já aconteceu alguma assim? Ainda não.

P.A. – Ah. Ontem, teve uma conversa do ministro da Justiça com ele sobre UPPs e como trabalhar o Judiciário nas... no pós ocupação e tal. Isso é muito incipiente ainda, mas... mas... Sim.

T.R. – É lógico. Mas tem que começar.

P.A. – É.

T.R. – Eu estou satisfeita.

C.J. – Eu também estou satisfeita.

P.A. – Está ótimo.

T.R. – Quer dizer alguma coisa, que você acha que ficou e que seria bom deixar registrado?



C.J. – É. Que nós não perguntamos.

P.A. – Não, não. Acho que...

T.R. – Então está bom, Pedro. Obrigada.

C.J. – Muito obrigada.

P.A. - Imagina. Obrigado pelo convite.

[FIM DO DEPOIMENTO]